

o militante socialista

Publicação Mensal

EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DE ABRIL!



EM ESPANHA, TRABALHADORES DA NISSAN MOSTRAM A VIA DA LUTA UNIDA CONTRA OS DESPEDIMENTOS



**A MIRAGEM
DOS FUNDOS
DA UNIÃO
EUROPEIA**

PAG. 4

**REIVINDICAÇÕES
DOS PROFESSORES
PARA O PRÓXIMO
ANO LECTIVO**

PAG. 9

**A CATÁSTROFE
DO DESEMPREGO
NOS EUA**

PAG. 12

O SNS “*não está a responder ao conjunto dos doentes*”

3,9 MILHÕES DE CONSULTAS E 930 MIL CIRURGIAS CANCELADAS. “AS PESSOAS ESTÃO A PRECISAR DE AJUDA AGORA”, ALERTA ORDEM DOS MÉDICOS

Em entrevista à Antena 1 e ao Jornal de Negócios, de 18 de Julho, o bastonário da Ordem dos Médicos (Miguel Guimarães) afirmou: “*Precisaríamos de ter a decorrer simultaneamente – nos cuidados de saúde primários e nos hospitais – um programa excepcional de recuperação de todos os doentes que estão em consultas e em cirurgias. Se não tivermos um programa excepcional nunca vamos recuperar aquilo que perdemos*”.

Em Março, Abril e Maio, registaram-se menos três milhões de consultas nos cuidados primários (uma quebra de 57%), menos 900 mil consultas nos hospitais (menos 38%), menos 930 mil cirurgias, e uma redução de 44% no acesso às urgências,

segundo os dados apresentados pela Ordem dos Médicos, a que também é preciso juntar milhares de exames de diagnóstico que ficaram por realizar.

O bastonário apontou que o programa que o Governo está a implementar para acelerar as cirurgias em atraso não é suficiente.

“*Se não formos mais além, e tivermos verdadeiramente um programa excepcional durante três, quatro ou cinco meses, há muitos doentes que vão perder oportunidade de tratamento*”, acrescentando: “*Estive a ler o documento de António Costa e Silva e estive a ler a parte da saúde e as coisas lá postas são muito bonitas, mas as pessoas querem resposta hoje, estão a precisar de ajuda agora*”.

Ataque ao coração da Democracia

A decisão de alterar o regimento da Assembleia da República – com o fim dos debates quinzenais e a presença do Primeiro-ministro – é um ataque ao coração da Democracia.

A Assembleia da República tem, entre outras, a função de fiscalizar o Governo e de escrutinar as suas práticas.

A nossa democracia baseia-se na divisão e separação dos poderes e confere à Assembleia da República um papel muito relevante de representar o

Povo, a Nação.

É perante o Povo que o Governo deve apresentar contas, e a decisão concertada entre o partido de Governo e o maior partido da oposição é demonstrativa da ameaça que a Democracia enfrenta todos os dias. Trata-se de uma ameaça real de desqualificação da “*soberania popular*”. Esta expressão não é um jargão de esquerdistas. É a essência da Democracia.

O Poder cabe ao Povo que, através do voto livre e universal, elege os seus representantes – os deputados da Nação. É perante eles que o Poder executivo tem de se apresentar e justificar as suas acções.

Qualquer medida que ponha em causa este direito é um atentado à Democracia e às conquistas de Abril, que devolveram a soberania ao Povo. ■



Luísa Patrício
Militante do PS

O valor dos trabalhadores do sector de economia social

Em Portugal, trabalham no terceiro sector ou sector de economia social à volta de 300 mil pessoas (maioritariamente mulheres). Este sector inclui Instituições de saúde, de solidariedade e Associações de Bombeiros. Os seus trabalhadores são dos mais mal pagos. Quase todos nós, em alguma etapa das nossas vidas, precisamos dos seus serviços; desde os bebés, até ao último dia de vida, incluindo deficientes nas suas diversas formas. São por vezes o único apoio de crianças, jovens, deficientes e idosos. Neste momento, eles são considerados e equiparados, pela Comunicação social e pela legislação, como essenciais ou de primeira linha (nos lares de crianças/jovens e nos lares de

idosos). São trabalhadores e trabalhadoras que merecem – pelo seu profissionalismo, sentido de responsabilidade, espírito solidário e capacidade de resiliência – o maior reconhecimento de toda a sociedade.

Têm sido diariamente testados e comprovados pelo seu desempenho nos momentos mais difíceis, em que as circunstâncias os obrigam a abandonar as famílias e a pôr em risco as suas próprias vidas.

Demonstraram que, sem o seu trabalho especializado e de excelência (muitas das vezes com escassez de meios), a crise sanitária teria tido uma expressão bastante mais dramática. As soluções de emergência ocorridas provocaram ainda uma maior sobrecarga e desgaste

físico e psicológico a estes trabalhadores e trabalhadoras, mas também serviram para demonstrar a carência crónica existente, muito agravada nos anos de crise. É necessário aumentar o número de efectivos, a fim de os trabalhadores e trabalhadoras serem em número adequado às necessidades dos serviços, com vínculo permanente, com horário de 35 horas/semanais e remunerações dignas e



ajustadas à importância do seu trabalho.

Não podemos permitir que as crises sejam sempre as desculpas dadas a estes trabalhadores para os privarem do que lhes é devido, e que, por outro lado, lhes sejam ainda feitas exigências, sem contrapartidas.

É necessário haver um reconhecimento, da parte do Governo e das Instituições, que terá de se revelar verdadeiramente notório nos salários, rácios, horários e condições de trabalho, para todos os trabalhadores e trabalhadoras deste sector. ■

Ana Lúcia Massas
Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social

Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pelo POUS

o militante socialista

Proprietário: Carmelinda Pereira
NIF: 149281919**Editor:** POUS - Partido Operário de Unidade Socialista
NIPC: 504211269**Sede:** Rua de Sto António da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOA

Isenta de registo na ERC, ao abrigo do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6 (artigo 12º, nº 1 a)

Director: Joaquim Pagarete**Comissão de redacção:**Aires Rodrigues
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete
José Luz**Diagramação:** Maurício Moura**Impressão:** Imaginação Impressa
Rua Braancamp, 15A
1250-049 Lisboa**Edição:** 100 Exemplares**A nossa história:**

O jornal "O Militante Socialista" nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho.

Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia.

Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros "Militantes Socialistas", o POUS impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes e militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril.

A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas aos Estados, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de "O Militante Socialista" identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

E d i t o r i a l

Uma contribuição para unir as forças em luta

Muito tem sido escrito sobre a situação que o mundo está a viver. Do conjunto das ideias expressas há uma que ressalta: nada pode ficar como dantes. Impõem-se profundas mudanças na organização dos povos e nos próprios princípios em que assenta a sua vida económica e social: da competitividade e individualização, é necessário passar para a cooperação. Para quem defende políticas socialistas, cooperação significa a organização da sociedade – a começar pela actividade económica, dos sectores primário e secundário às aplicações tecnológicas – com base em processos de planeamento democrático e cooperativo.

Cooperação significa o envolvimento do conjunto da população trabalhadora, dos mais jovens aos mais experientes, na discussão de propostas para responder às necessidades que se colocam, sector a sector. Uma acção enquadrada no Poder local e central. Nada disto será uma novidade, no caso português. Basta lembrar o movimento revolucionário das classes trabalhadoras e das populações, de Norte a Sul do país, tomando tudo nas suas mãos, aquando do 25 de Abril.

O governo de António Costa, bem como os deputados do seu partido, reclamam-se da defesa do 25 de Abril e afirmam querer governar com o apoio dos partidos que se reclamam das mesmas raízes, o BE e o PCP.

No entanto, António Costa – subordinando-se aos critérios da União Europeia, da qual faz parte e defende, ao ponto de aceitar que o Estado português vá contribuir mais e receber menos em termos de Fundos comunitários, e continue a aceitar as condições e os constrangimentos na aplicação dos dinheiros recebidos, bem como os condicionamentos das verbas a fundo perdido ou empréstimos, no quadro do Plano de Recuperação da UE (1) – não pode senão continuar a subverter o caminho do 25 de Abril. No seguimento dos governos anteriores...

Subversão que levou ao estado actual de pauperização do país, através de políticas aberrantes, de que são expressão flagrante a entrega dos bancos aos grupos financeiros, salvos à custa

do endividamento do Estado português, com as consequências agora percebidas por todos como verdadeiramente escandalosas, no caso do Novo Banco.

Alguns dirão: a situação é tão grave que é preciso aceitar as condições impostas para vir o dinheiro anunciado como algo de extraordinário.

No entanto, há forças políticas e sindicais que denunciam os condicionalismos impostos pelas instituições da UE.

Mas como dar passos no sentido de a situação começar a mudar?

O CAMINHO FAZ-SE CAMINHANDO

Os passos não podem vir senão da mobilização unida dos trabalhadores, para defender empregos e salários, um caminho que está a ser percorrido em vários países da Europa, como em Espanha e em França, e que sectores de trabalhadores também estão a iniciar em Portugal.

Com os olhos postos nestes processos, há militantes no nosso país que – participando nas acções dos seus sindicatos, para preservar os postos de trabalho e os contratos colectivos – tomaram a iniciativa de organizar um movimento para a mobilização unida que imponha, de facto, a proibição dos despedimentos.

Ao mesmo tempo, responsáveis sindicais da Grécia e de França dirigiram-se aos camaradas dos outros países, através do Comité Europeu de Correspondência (2), para que tenha lugar um Encontro europeu que permita trocar e articular formas de acção e encontrar outros caminhos para os povos da Europa. São pontos luminosos que poderão prenunciar uma nova consciência política, reatando a tradição da Primeira Internacional.

Carmelinda Pereira

(1) O Acordo que levou à aprovação desse Plano – apresentado por Costa como "uma grande vitória" – é, afinal, uma vitória de Pirro (como mostramos nas páginas 4 e 5).

(2) Este Comité foi constituído num Encontro europeu, realizado no dia 4 de Maio de 2019, em Paris, por iniciativa do Comité Nacional de Resistência e Reconquista, de delegados das assembleias dos Coletes amarelos e de militantes ligados à França Insubmissa.

Cimeira da União Europeia: o que estava em jogo

Após quatro dias e outras tantas sessões nocturnas, os Chefes de Estado e/ou Primeiros-ministros dos países da União Europeia acabaram por pôr-se de acordo sobre a linha geral do pretenso “Plano de relançamento europeu”, assim como sobre as orientações do Orçamento comunitário para o período 2021-2027.

Os meios de comunicação social às ordens do Sistema não hesitaram em qualificar este acordo como “*histórico*”, afirmando que ele representaria, inclusive, um plano de “*relançamento*” da União enquanto tal. Mas os factos demonstram o contrário. Em primeiro lugar, foi de facto o Conselho europeu – quer dizer, os governos dos Estados nacionais – a instância decisória no seio da qual o poderio de uns se impôs ao dos outros. Daqui decorreu o papel preponderante dos governos alemão e francês que, unilateralmente, se puseram de acordo sobre as propostas a fazer, em função exclusivamente dos seus próprios interesses. Recordemos que a origem da proposta de Macron e de Merkel, saída de uma Declaração inédita e comum das Associações do patronato francês e alemão, exigindo um plano de relançamento.

Isto afasta qualquer ideia de que haveria governos “*generosos ou gastadores*” e governos “*poupados ou frugais*”! Com efeito, tanto para a Alemanha como para a França, um colapso da Itália ou da Espanha conduziria a um desastre para as suas economias e abriria uma crise em toda a Europa. Os governos de todos os países da União Europeia estão em pânico perante os riscos de uma explosão social. A indústria alemã, por exemplo, funciona em boa parte sobre a base da capacidade de produção industrial do norte da



Cimeira da União Europeia, realizada em Bruxelas entre 18 e 21 de Julho de 2020.

Itália (no respeitante a equipamentos de alta tecnologia e em peças soltas). O conjunto das marcas de automóveis da França ou na Alemanha é fabricado em Espanha (actualmente, segundo produtor de automóveis na Europa) em condições vantajosas. Por outro lado, a Espanha inunda a Europa com mariscos a baixo preço, sobre a base da sobre-exploração do trabalho nas suas próprias terras. E poderíamos acrescentar outros exemplos para mostrar o interesse particular dos governos francês e alemão em evitar o afundamento do sul da Europa. Este plano de relançamento exprime a verdadeira função da União Europeia: um instrumento ao serviço do capital financeiro que irá arrecadar estas centenas de biliões de euros, para prosseguir e agravar os ataques contra os trabalhadores.

OS NÚMEROS E OS FACTOS

O Orçamento comunitário para 2021-2027 que foi adoptado tem, na realidade, um valor claramente menor do que as propostas que já estiveram em cima da mesa para os orçamentos precedentes: 1070 mil milhões de euros em vez de 1300. Ele é pouco mais do que

1% do PIB da União Europeia, e cortes drásticos deverão ser efectuados no Orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) e nos Fundos regionais, que são em particular destinados às regiões mais pobres do Leste da Europa. Quanto ao argumento utilizado pelos governos francês e alemão de que esses países respeitavam “o Estado de Direito”, a discussão acabou abruptamente. O peso dos governos dos países do Leste da Europa é tão limitado, que, ainda que furiosos, eles foram obrigados a recuar e aceitar a proposta.

Do ponto de vista do plano de relançamento enquanto tal, o que representam os 750 mil milhões de euros que estão em jogo? A concessão de subsídios e de créditos foi adiada para a Primavera de 2021. Segundo o Acordo, essa verba divide-se em duas componentes: 390 mil milhões de euros de subsídios e o resto em créditos, sendo o conjunto financiado por um empréstimo da Comissão Europeia, a um prazo de 30 anos e cujos detalhes não são precisados. Recordemos que os 240 mil milhões de euros que o Eurogrupo (a instância que engloba os ministros das Finanças dos 19 países da Zone Euro) tinha proposto que fossem mobiliza-

dos, no passado mês de Maio, continuam sem ser utilizados, essencialmente porque os Espanhóis e os Italianos preferiram recorrer directamente ao mercado financeiro, em vez de aceitarem as condições do Eurogrupo nitidamente menos favoráveis.

Os governos que solicitarem subsídios e créditos terão que apresentar, daqui até Outubro, projectos que deverão ser submetidos à aprovação dos governos dos 27 países-membros da UE.

O Primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, pedia que houvesse unanimidade nas posições de todos os países, querendo de facto ter direito de veto. O Acordo final estipula que terá de existir uma maioria qualificada, sem precisar números.

Relembremos que as instâncias decisórias da UE continuam a ser os governos dos seus países-membros, portanto um quadro nacional em que as relações de força são determinantes, enquanto que as chamadas instituições europeias – a Comissão ou o Parlamento, e inclusive o Banco Central Europeu – desempenham apenas um papel subsidiário e secundário.

A QUE CORRESPONDE A POSIÇÃO DA HOLANDA?

À cabeça do grupo dos cinco governos que queriam impedir que houvesse um acordo, o Primeiro-ministro holandês fez tudo para o impedir, em primeiro lugar por razões de política interna. Quando o Governo holandês exige reformas dos Sistemas públicos de aposentação ou dos Códigos do Trabalho em Espanha, na Itália ou em Portugal (coisa que não desagradava a Macron, o qual ainda não conseguiu relançar a sua reforma em França), ele está na realidade

a dirigir-se aos trabalhadores do seu próprio país. Mesmo se a dívida pública da Holanda é menor (em percentagem) que a da França, da Itália ou da Espanha, a dívida privada tem sofrido uma subida exponencial, o que significa que a maioria dos trabalhadores está grandemente endividada, sobretudo por causa da habitação. Segundo os números oficiais, a dívida dos lares holandeses atinge 103% do PIB. Além disso, o Sistema de aposentação está à beira do colapso, porque os principais pilares da reforma já aplicada são os Fundos de investimento privados, os quais têm visto as suas taxas de rentabilidade afundar-se. É por esta mesma razão que o Governo holandês não desejava uma dívida mutualizada na Europa, cujos juros seriam muito baixos e, portanto, muito pouco rentáveis para o Sistema financeiro holandês. Como resultado – e de acordo com o grupo dos cinco governos – o chamado plano de relançamento implica condições drásticas para a concessão das ajudas, nomeadamente uma reforma do Sistema de aposentação ou a manutenção e aprofundamento das reformas do Código do Trabalho, entre outras. Este plano de relançamento é, por todas estas razões, um passo qualitativo na via do desmoronamento da União Europeia e de uma guerra impiedosa entre os interesses contraditórios dos diversos governos e dos sectores económico-financeiros. Um plano que eles tentarão implementar contra as conquistas e as condições de existência dos trabalhadores e dos povos da Europa. Mas as mobilizações em França, na Alemanha, em Itália, em Espanha e na Grécia – mesmo que de maneira limitada – indicam que os trabalhadores vão procurar defender-se. ■

Análise de Angel Tubau, publicada no semanário francês "Informations Ouvrières" – Informações operárias – nº 614, de 22 de Julho de 2020, do Partido Operário Independente de França.

Sobre as decisões do Conselho Europeu para Portugal

Esta quantia só começará a ser liberta a partir do final de 2021. Está dependente de projectos apresentados pelo Estado português, no máximo até ao mês de Outubro de 2020.

Está sujeita a regras muito apertadas, a saber, de carácter estrutural, as quais originam uma maior liberalização despedimentos e a redução das pensões.

PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO ENTRE 2021 E 2027

Serão menos de 30 mil milhões de euros.

A execução destes Fundos está sujeita a exigências muito severas, implicando a comparticipação nacional na sua aplicação. Uma comparticipação que pode ser das empresas ou do Orçamento do Estado, variando entre 15% e 60%, conforme a região do país em que forem aplicados.

FUNDO DE RECUPERAÇÃO

Valor a fundo perdido: 15,2 mil milhões de euros

Empréstimos: 10,8 mil milhões de euros

A quantia atribuída a Portugal sofreu um corte, enquanto que a contribuição portuguesa para a UE sofreu um aumento. Uma disparidade em relação a países como a Holanda, a Suécia, a Áustria, a Dinamarca e a Alemanha que vêem a sua contribuição descer.

EXCERTO DA DECLARAÇÃO DA CGTP-IN

Na sua Declaração de 27 de Julho de 2020, a CGTP-IN afirma: "O processo negociado e as conclusões do Conselho Europeu de 17 a 21 de Julho sobre o «Plano de Recuperação Euro-



Uma "bazuca" para apoiar ou para afundar ainda mais o nosso país?

peu» – também chamado Next Generation EU – e o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027, não legitimam os discursos de vitória do Governo e do Presidente da República, entre outros, os quais procuram iludir a sua submissão aos interesses do grande capital e às posições hostis e discriminatórias das grandes potências e de outros países beneficiários do processo de integração europeia – relembre-se o «roubo» de receita fiscal por parte da Holanda, por albergar a sede de empresas que realizam os seus lucros e dividendos no nosso país. (...) As «condicionalidades» políticas e económicas para o uso das verbas provenientes do Plano de Recuperação Europeu e do QFP acarretam uma ainda maior centralização do poder político e da tutela da Comissão Europeia e/ou do Conselho Europeu sobre as decisões nacionais. O federalismo e o neoliberalismo dão assim as mãos para, independentemente da vontade dos povos, tentarem impor como «condicionalidade» o regresso às políticas de cortes de direitos e rendimentos, de desmantelamento ou privatização dos serviços públicos, das funções sociais do Estado e das empresas públicas, com mais parcerias público-privadas e com injeção de Fundos públicos na Banca. (...) ■

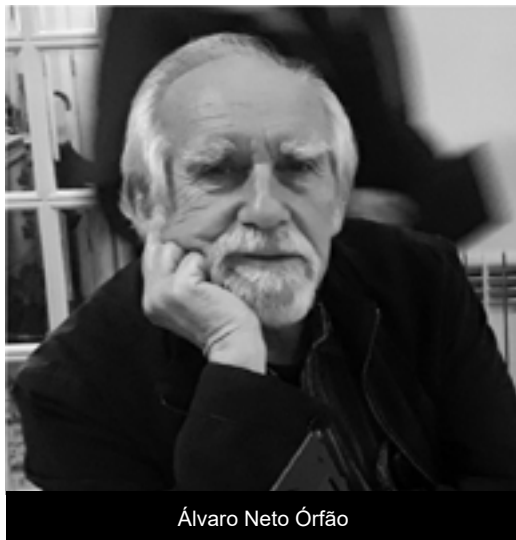
Entrevistas a António Chora e a Álvaro Neto Órfão

Em finais de 2013, o ministro Aguiar Branco, do governo de Passos Coelho, anunciou a entrega dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) ao grupo Martifer, provocando um desemprego directo de 620 trabalhadores e, de forma indirecta, de pelo menos outros 4000 trabalhadores, como afirmou o então Presidente da Câmara de Viana do Castelo (PS), acusando ainda o Governo de “gestão danosa dos dinheiros públicos”.

Nessa altura, António Chora (Coordenador da CT da Autoeuropa) e Álvaro Neto Órfão (deputado à Assembleia Constituinte e ex-Presidente da Câmara da Marinha Grande - PS) subscreveram um texto, em conjunto com outros dirigentes e militantes de diferentes forças políticas e sindicais, contra o encerramento dos ENVC e os consequentes despedimentos e integraram uma delegação a esses Estaleiros, manifestando a sua solidariedade com a luta dos seus trabalhadores, da população de Viana do Castelo e do seu Autarca.

Hoje, sete anos volvidos, fazem parte dos 90 primeiros subscritores de um *Apelo “Pela Proibição efectiva dos Despedimentos, a Reintegração de todos os trabalhadores que foram despedidos, o Combate efectivo à uberização do trabalho e o Fim da caducidade e reforço (dinamização) da Contratação Colectiva”*, de apoio à mobilização e luta que, concentrada diante deste Governo, obrigue à tomada destas medidas. (Ver extratos do *Apelo* na pg. 7).

A Redacção de O Militante Socialista (MS) decidiu assim, perante esta situação e neste momento político, ouvir a sua



Álvaro Neto Órfão

opinião, colocando uma mesma pergunta aos dois e uma segunda pergunta a cada um deles, de acordo com a área em que exerceram a sua actividade

MS – Este Apelo, que de novo subscrevem, em unidade com outros dirigentes políticos e sindicais, parte da resistência e mobilização de sectores importantes da classe trabalhadora, como os de Sines, estivadores do Porto de Lisboa, CTTs e Hotelaria, entre outros. Na vossa opinião, a centralização desta mobilização para pôr termo aos despedimentos e à precariedade do trabalho pode abrir um novo caminho possível e imprescindível para responder às necessidades e ao desenvolvimento do país?

Chora – Penso que, neste momento, é necessária toda a mobilização para enfrentar e desmontar as políticas anti-laborais implementadas por Passos Coelho, com a desculpa da Troika, e mantidas ou até agravadas por Vieira da Silva durante o último governo do PS nomeadamente o contrato de trabalho de muito curta duração, a passagem do período experimental



António Chora

para 180 dias, o estímulo ao trabalho a recibo verde foram – e são medidas – que multiplicaram a precariedade laboral.

Órfão – Julgo que naquela altura, em defesa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e dos postos de trabalho, contra a sua privatização, a acção dos seus trabalhadores foi importante. Com o apoio de outros sectores laborais, da população e da autarquia, constituiu-se uma verdadeira frente de unidade. Ela mostrou que era este caminho da mobilização que permitiria ganhar, se fosse levado até ao fim. Coisa que não aconteceu.

Hoje, face à vaga de despedimentos que estamos a assistir e à resistência que ela está a provocar, nos diversos sectores, mais do que nunca é preciso juntar este movimento para exigir, perante o Governo, a tomada de medidas que lhe ponham termo.

MS – (2ª pergunta a A. Chora) As consequências para os trabalhadores, da manutenção de normas da legislação laboral, como o da caducidade

da contratação colectiva e o fim do princípio mais favorável ao trabalhador, da autoria de Bagão Félix do CDS e mantidas pelos sucessivos Governos, em particular, numa situação em que a pandemia é invocada como justificação, são seguramente dramáticas e desastrosas. Dada a tua longa experiência no sector laboral, pensas que é possível reconstruir o país, sem a sua revogação?

Chora – Como já disse, as medidas anti-laborais resultantes dos códigos do Trabalho de Bagão Félix e de Vieira da Silva mantiveram o ataque à Contratação Colectiva, mantendo a penalização aos trabalhadores, pela recusa ao diálogo sério por parte do patronato, com as consequências que descreves, e que são péssimas para os trabalhadores.

Mas a manutenção e ou agravamento da precariedade pelas medidas que descrevo na primeira resposta, levaram a que milhares de trabalhadores, começassem a ser contratados ao dia ou com períodos de experiência de 6 meses ou a falsos recibos verdes.

Apanhados pela pandemia, estes foram as primeiras vítimas dos despedimentos, muitos até sem direito a Fundo de Desemprego.

Com estas políticas não é possível reconstruir um país onde a centralidade do trabalho seja o mote do progresso.

É necessário um combate à precariedade, combate que deve ser feito à cabeça pelos trabalhadores efectivos, pois têm mais poder reivindicativo, e coordenado pelas Centrais sindicais com apoio dos movimentos sociais.

Reconstruir o país, obriga a reduzir o desemprego com investimento essencialmente público, recurso às 32 horas de trabalho semanal, e aumento das férias para 30 dias úteis. (Recordo que a pandemia veio apressar a implementação da 4ª revolução Industrial, e que – entre a 1ª e o início da 4ª – o horário de trabalho foi reduzido em mais de 40% e o emprego e a produtividade nunca foram tão elevados em Portugal e no resto do mundo).

Acabar com a caducidade da contratação colectiva e repor na mesma o princípio mais favorável ao trabalhador, melhorar os salários e – como o passado recente nos mostrou – aumentar assim o consumo interno.

MS – (2ª pergunta a Álvaro Órfão) Como enfermeiro de profissão, sabendo bem o papel que desempenhou o SNS na contenção da primeira fase da epidemia e conhecendo-se, agora, que um dos principais veículos de contaminação é o trabalho temporário, qual deve ser, na sua opinião, o papel prioritário das autoridades governamentais perante as entidades patronais dessas empresas, fornecedoras de trabalho temporário?

Órfão – Já sabíamos em que situação se encontravam os trabalhadores precários que povoam muitas das nossas empresas, muitos deles clandestinos, portanto arredados

de qualquer subsídio de doença ou de desemprego. Mas a crise do Covid-19 veio-nos alertar, de maneira brutal, para os problemas do despedimento e outros! Eu diria mesmo que o despedimento é de tal maneira violento...

que preferiria chamar-lhe DESCARTE!

Para compor o ramalhete da miséria social destes trabalhadores veio agora a culpabilização, que a sociedade lhes lança injustamente, pelo ressurgimento de vários polos de contaminação, sobretudo os que apareceram depois do desconfinamento na Área da Grande Lisboa.

Afinal, os culpados encontram-se atrás de belos gabinetes e são ou os proprietários de empresas de trabalho temporário, ou as autoridades sanitárias ou das condições de trabalho (ACT). São, por um lado, aqueles que não deram condições aos seus contratados – não fornecendo máscaras e condições de higiene e transporte; e, por outro lado, estas Autoridades por não exercerem a fiscalização que lhes compete!

Quantos autos levantados? Quantas multas? Quantos encerramentos? Afinal estes trabalhadores são duplamente vítimas!

Pertencem a um patrão que os utiliza como mercadoria, para prestarem serviço a outro patrão que faz deles verdadeiros escravos!

Temos que levantar a voz contra este estado de coisas! Exigir à ACT maior acção de controlo, para que os trabalhadores sejam tratados como seres humanos.

E ao Governo exigir a proibição dos despedimentos e a imposição de condições de uso pleno dos direitos sociais que lhes pertencem.

APELO

Um conjunto de militantes sindicais e políticos, de diferentes quadrantes, preocupados com a situação que está criada – nomeadamente a onda de despedimentos que se avizinha – tomou a iniciativa de lançar um Apelo, “convictos de que é necessário ajudar a ligar todas as forças que resistem e querem mobilizar-se, os militantes e trabalhadores que o subscrevem decidem divulgá-lo junto das organizações a que pertencem, com o objectivo de que ele possa contribuir para esta mobilização geral.”

“PROIBIÇÃO EFECTIVA DOS DESPEDIMENTOS

REINTEGRAÇÃO DE TODOS OS

TRABALHADORES QUE FORAM DESPEDIDOS

COMBATE EFECTIVO À UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

FIM DA CADUCIDADE E REFORÇO

(DINAMIZAÇÃO) DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Trabalhadores da Petrogal em Sines, Estivadores, trabalhadores da Indústria Hoteleira e do Turismo (aonde tem havido uma maior incidência de precariedade e de desemprego), trabalhadores dos Call centers, dos CTT, do sector da Cultura (precários da RTP ou da Casa da Música) e do sector da Saúde, bem como as manifestações anti-racistas constituem alguns exemplos das mobilizações e

lutas que têm tido lugar, para exigir a manutenção dos postos de trabalho, a reintegração daqueles que já foram despedidos, bem como o respeito por direitos contratuais, tornar o emprego efectivo e o respeito pela dignidade humana.

(...) A crise pandémica, o confinamento e, agora, o desconfinamento trouxeram de volta o desemprego, a pobreza e a fome ao nosso País. A fome e a pobreza trouxeram-nos também a preocupação pela sobrevivência social e pela sustentabilidade da Segurança Social. A crise evidenciou, ainda, a falência do modelo de desenvolvimento e uma crescente segmentação do trabalho, precariedade e baixos salários.

(...) É isto que o Governo e a União Europeia preparam para a TAP, ao anunciar um Plano de recuperação da empresa onde estão “incluídas medidas muito duras, em termos de cortes de postos de trabalho”. É preciso respeitar as exigências da CT da TAP, de reintegração de todos os trabalhadores com contrato a prazo que a Administração despediu e o pagamento por inteiro dos salários de todos os trabalhadores.

(...) O nosso APELO é que as iniciativas (que estão a ter lugar actualmente) possam contribuir para uma mobilização generalizada de toda a população trabalhadora, abrangendo todas as organizações sindicais (filhadas ou não na CGTP), CTs e movimentos sociais, de modo a garantir de facto que mais ninguém é despedido e que aqueles que o foram são reintegrados num posto de trabalho com direitos.

Mobilização e luta que, concentrada diante do Governo, obrigue à tomada destas medidas.”

Contra a morte anunciada do Pinhal de Leiria

Domingo, 15 de Outubro de 2017: em menos de 24 horas, o maior incêndio de que há memória na Mata Nacional de Leiria consumiu 86% da sua área, cerca de 9.500 dos 11.080 hectares, devastando um património de mais de sete séculos, a mais antiga floresta nacional, pioneira no ordenamento florestal, dotada de um raro ecossistema dunar e cuja história está intimamente ligada à história de Portugal. A madeira dos seus pinheiros constituiu o principal recurso da nossa construção naval na época dos Descobrimentos; utilizada como combustível nos seus fornos, é instalada na Marinha Grande a Real Fábrica de Vidros, sob o patrocínio do Marquês de Pombal, criando uma cultura de trabalho pioneira para a época e que impulsionou e marcou decisivamente o carácter industrial da terra, até aos nossos dias.

Devidamente gerido e cuidado até à década de 90 do sec. XX, o Pinhal de Leiria – que para nós é o Pinhal do Rei (D. Dinis) – bem como as outras matas nacionais vieram, a partir dessa altura, a perder sucessivamente meios técnicos e humanos e autonomia financeira, nomeadamente com o afastamento do corpo de guardas florestais, no governo de António Guterres. Assim, no Pinhal do Rei, de 180 trabalhadores passou-se a menos de 20. Não se fazia regeneração nem limpeza, não se conservavam edifícios, estradas e caminhos, deixou de existir a inestimável vigilância efectuada pelos guardas florestais. Com a venda da madeira e da resina este pinhal rendia ao Estado uma receita anual média de cerca de 3 milhões de euros. Aqui eram aplicados apenas, aproximadamente, 200 mil euros na sua manutenção. O alibi de que as causas do incêndio de 2017 se ficaram a dever a condições atmosféricas



invulgares é apenas parte da verdade. Se o pinhal tivesse sido devidamente cuidado, a dimensão desta perda não atingiria as proporções a que chegou. Custou-nos bem cara a política economicista de cortes na despesa, adoptada por sucessivos governos até hoje.

E DEPOIS DO INCÊNDIO?

Depois do incêndio multiplicaram-se as acções para a sua reflorestação: algumas, muito louváveis, que partiram de iniciativas de voluntários; outras, bem mediáticas e que, afinal, não passaram de intenções. Senão, vejamos: em Janeiro de 2018, o primeiro-ministro António Costa veio à Marinha Grande, com uma comitiva de ministros e secretários de Estado, prometer uma estratégia urgente de recuperação da mata nacional.

Em Outubro desse mesmo ano, o Secretário de Estado das Florestas anunciava que o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) teria 15 milhões, bem como os meios necessários para recuperar as matas nacionais litorais, sendo que a de Leiria concentraria o primeiro e o maior esforço de plantação, a iniciar em Outubro de 2019.

Esse calendário perdeu-se algures, porque, quase três anos depois, ignorando as promessas

feitas, ignorando o relatório da Comissão Científica e as recomendações do Observatório do Pinhal do Rei, o Governo – pela boca do presidente do ICNF – numa audição na Comissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República, anunciou, no passado mês de Maio, que afinal não vai replantar todo o pinhal e que o que é preciso é aguardar pela sua regeneração natural. Ou seja, deixar que as espécies invasoras proliferem cada vez mais livremente, comprometendo em definitivo qualquer hipótese de regeneração; deixar que a erosão destrua o cordão dunar de protecção; deixar em risco o muito pouco que restou, pela evidente falta de limpeza. Porque a possibilidade de regeneração natural foi eliminada, devido ao estado calcinado do solo e, em três anos, ela já teria aparecido, o que não se verificou.

E, infelizmente, os pinheiros plantados em iniciativas voluntárias não sobreviveram, porque o ICNF não teve os meios para cuidar deles.

Para culminar, manifestando o maior desprezo por toda uma herança histórica e ambiental que não respeita, o Ministro do Ambiente, em recentes declarações, informou-nos saber que o Pinhal de Leiria era até muito interessante e se lembrava de

que se falava dele na Escola primária. Só que isso era passado e uma espécie de imaginário da infância. E que até o prometido Museu da Floresta, a instalar na Marinha Grande, ficava para as calendas!

O futuro do Pinhal do Rei, muito provavelmente, já há tempos estava traçado pelo Governo e não contempla o investimento e as acções para a sua recuperação, que foram tão mediaticamente prometidas a seguir aos incêndios de 2017. Não foi, por acaso, que o Partido Socialista votou, no Parlamento, contra todas as Propostas de Resolução que propunham medidas para a sua recuperação.

Afinal, têm ficado pelas gavetas do esquecimento as promessas feitas.

Afinal, o Pinhal de Leiria é para ficar apenas no imaginário do Ministro do Ambiente, deixando de constituir uma realidade. Afinal, até o proclamadíssimo Museu da Floresta está em sério risco de nunca ver a luz do dia. Em poucas palavras, das promessas feitas, o que nos restou foi uma mão cheia de nada e uma raiva a crescer-nos no peito. ■

Maria João Gomes
Deputada independente
na Assembleia municipal
da Marinha Grande

Reivindicações na Educação para o ano lectivo de 2020-2021

A experiência de “aulas a distância” colocou os professores debaixo de uma sobrecarga de trabalho em que, mais do que nunca, é preciso lutar pela defesa de um caderno reivindicativo de direitos laborais.

O Ministério da Educação (ME) determinou que o início do próximo ano lectivo será marcado por um período de cinco semanas para “recuperação de aprendizagens”. E determinou o planeamento de uma série de instrumentos de planificação com esse fim. Desde o início desta crise que o ME tem o guião político preparado. Os actores no terreno executam e cumprem o guião, passo a passo, fase a fase... Até quando? Nesta maré de incertezas importa, pois, reflectir e reivindicar condições de trabalho dignas. Assim, defende-se um horário de trabalho desenvolvido apenas em cinco dias de trabalho. Toda e qualquer mensagem/ordem, oriunda da escola nos dias não úteis, só deverá produzir efeitos no 1º dia útil subsequente, no horário dos serviços.

No caso da componente não lectiva do trabalho individual, a mesma deverá ser gerida pelo próprio docente, no âmbito da sua autonomia científica. Na organização escolar, os alunos devem ser divididos em grupos/turmas, com desdobramento. Em caso algum deveremos aceitar horários que impliquem um universo de 250/300 ou mais alunos por docente.

Nas salas deverá garantir-se um distanciamento físico entre os alunos e alunos/docentes de, pelo menos, dois metros.

Nos intervalos entre as aulas, deverá respeitar-se as pausas dos professores, por forma a garantir-se um ambiente saudável de condições profissionais. É imperativo rejeitar-se a flexibilização na lei dos regimes presencial, misto e não presencial, rejeitando-se assim uma mudança de paradigma que ponha em causa a previsibilidade da garantia dos direitos dos docentes. Não há segurança jurídica quanto há flexibilização daquilo que é fundamental. Deverá ser rejeitada, na lei, a consagração do “trabalho autónomo” que implique uma nova gramática na educação e uma mudança de paradigma que vise



fazer passar novas condições de trabalho docente mais gravosas para os profissionais. Deverá competir apenas aos docentes, no contexto de grupo disciplinar, decidir sobre o planeamento e avaliação das aprendizagens desenvolvidas e das tarefas realizadas no âmbito das aulas, rejeitando-se as novas competências intrusivas dos Conselhos de Turma e dos seus directores. O critério da competência deve ser científico, em razão da matéria e da especialidade. Nas situações de suspensão das actividades lectivas presenciais, as aprendizagens poderão ser desenvolvidas através de ses-

sões síncronas ou assíncronas, devendo cada escola adoptar as metodologias que considere mais adequadas, no respeito pelas opções de cada docente, e na salvaguarda do direito à imagem e à privacidade. Deverão ser garantidos os meios e os recursos e apoios financeiros aos docentes, no caso do regime não presencial, de preferência na escola. Deverá ser respeitado escrupulosamente o direito dos docentes às faltas e licenças legais vigentes, independentemente de situações excepcionais de regime não presencial. Não deverá ser atribuído a nenhum docente horário que implique uma exposição ao computador contrária às boas práticas e à boa saúde recomendáveis.

Cada escola deverá evitar a adopção de diversas plataformas informáticas, por forma a poder uniformizar e homogeneizar procedimentos. A ligação entre a escola e os encarregados de educação só deverá operacionalizar-se através da direcção de turma. Não deverão ser promovidas avaliações indirectas do trabalho docente, através de inquéritos dirigidos aos encarregados de educação e aos alunos.

Deverá simplificar-se a realização dos Conselhos de Turma, evitando-se também reuniões intercalares, inócuas. Somente mediante um caderno reivindicativo, negociado com os professores através das suas estruturas sindicais, será possível salvaguardar a dignidade dos profissionais da Educação, no respeito pelos conteúdos funcionais da profissão consagrados no ECD (Estatuto da Carreira Docente). ■

POSIÇÃO DA FENPROF

O Ministério da Educação (ME) aponta às escolas orientações que estão longe de corresponder às condições de segurança sanitária que a situação epidemiológica reclama. A FENPROF, tendo reunido, a 15 e 16 de julho, o seu Secretariado Nacional, decidiu:

- Reforçar o pedido de reunião dirigido à Direção-Geral da Saúde (DGS) para conhecer o seu parecer, dos pontos de vista epidemiológico e da saúde pública, acerca das condições estabelecidas pelo ME para a abertura do próximo ano letivo (é fundamental saber se a DGS as valida);
- Apresentar as suas preocupações junto dos grupos parlamentares, esperando que a Assembleia da República intervenha no sentido de defender a segurança sanitária das comunidades escolares, a partir de Setembro;
- Reunir com organizações representativas de directores, trabalhadores não docentes, incluindo técnicos especializados, pais e encarregados de educação, para debater estas preocupações;
- Apresentar queixa junto da DGS e da Autoridade para as Condições de Trabalho, caso sejam confirmadas situações que não garantam as devidas condições de segurança sanitária.

A ingerência do Banco Mundial na Educação Pública

O Banco Mundial (BM) é uma instituição financeira com sede em Washington que concede empréstimos a países em desenvolvimento, tendo o estatuto de observador na ONU e no G20 (o Grupo dos 20 países mais ricos do mundo).

O BM actua no sector da Educação desde 1962 e, na década de 1980, defendeu a supremacia da educação privada sobre a pública, com a cobrança de mensalidades. Em 20 anos (entre 1980 e 2000), a promessa de desenvolvimento deu lugar ao aumento da pobreza e das desigualdades no mundo, enquanto na Educação pioraram os índices de aprendizagem. No seu Relatório de 1999, “Estratégia para o sector educacional”, o BM incluiu no seu receituário as Parcerias Público-Privadas (PPP). Tratava-se de estimular a participação de investidores privados e de grandes empresas – sob a capa de consultores em Educação – no financiamento, fomento da investigação e formulação de políticas públicas para o sector, a serem implementadas por governos dispostos a conceber a Educação como um produto de mercado.

Em 2011, o BM publicou o Relatório “Estratégia 2020 para a



Educação”, que propõe flexibilizar a oferta de educação, para além da Escola – validando qualquer procedimento ou espaço que a promova – como ONGs, a “formação no trabalho” e a Educação à Distância (EaD).

NO BRASIL...

Essas receitas foram aplicadas no Brasil, em particular após o golpe contra Dilma em 2016. Elas estão presentes na chamada Reforma do Ensino Médio (Secundário), na nova Base Nacional Curricular Comum do governo de Temer e no Projecto Future-se do governo de Bolsonaro (Ensino Superior). Primeiro degrada-se a Escola Pública, depois instalam-se parcerias com empresas privadas (como acontece em 85% das creches municipais de São Paulo), para enfim se chegar à

implementação geral de “vouchers” (vales ou títulos de desconto, com os quais os pais podem matricular os filhos em creches e escolas particulares), como foi feito no Chile, onde o Ensino público foi destruído.

A PANDEMIA É UTILIZADA PARA AVANÇAR NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD)

No passado dia 25 de Março, o BM divulgou o documento “Políticas educacionais na pandemia da Covid-19: o que pode o Brasil aprender com o resto do mundo?”. Sem considerar as especificidades dos diversos níveis da Educação, nem tão pouco a inadequação da EaD para garantir a aprendizagem na Educação Básica, o BM é taxativo: o Brasil deve estabelecer parcerias com empresas privadas para

implementar a EaD.

Actualmente, redes municipais e estaduais aventam a possibilidade de reabertura das escolas da Educação Básica, ainda que sem as devidas condições de segurança sanitária e de trabalho para os profissionais da Educação e para os alunos, ao mesmo tempo que se fala de uma “educação híbrida”, com a ampliação da EaD.

Perante o congelamento e a redução dos investimentos públicos (Emenda Constitucional 95, adoptada no governo de Temer), bem como da queda nas receitas do Estado e da Reforma Administrativa pretendida pela dupla Guedes/Bolsonaro, é previsível que serão atacados os empregos nas redes públicas de Ensino, os concursos públicos e o próprio carácter da actividade docente com o avanço da EaD na Educação básica e superior. O que deve colocar em alerta os trabalhadores da Educação de todos os níveis e as suas organizações sindicais, para organizar a luta para travar este processo destrutivo das condições de trabalho e de ensino, pugnando por uma Educação pública de qualidade. ■

Artigo da autoria de Nelson Galvão, do jornal “O Trabalho” – cuja publicação é da responsabilidade da Secção brasileira da 4ª Internacional – na sua edição nº 869, de 3 de Julho de 2020.

Ficha de assinatura do Militante Socialista

Nome e apelido _____ NIF _____

Morada _____ Código Postal _____

Cidade _____ Distrito _____

País _____

Endereço de e-mail _____ Telefone _____

Data de subscrição ou renovação _____ Nº inicial _____ Nº final _____

Forma de entrega Por e-mail (pdf) Em mão Por carta

Forma de pagamento Em mão Depósito bancário

Depósito na conta do POU5 na CGD: IBAN nº PT50003506970059115343072

Em mão 6 números (5 euros) Por carta 6 números (8 euros)

12 números (10 euros) 10 números (12 euros)

Por e-mail (pdf) 10 números (5 euros)

Enviar para: Redacção e Administração do Militante Socialista (por carta ou por e-mail)
R. Santo António da Glória, 52 B, c/v C, 1250 - 217 Lisboa ou por E-mail: pous4@sapo.pt

A REFORMA EDUCATIVA NO NOSSO PAÍS TAMBÉM TEVE O CUNHO DO BANCO MUNDIAL

Roberto Carneiro foi ministro da Educação entre 1987 e 1991 (no XI Governo constitucional, chefiado por Cavaco Silva), tendo sido responsável por uma profunda Reforma do Sistema educativo português, que abriu a porta à generalização do Ensino privado. Ainda ocupa actualmente o cargo de presidente do Instituto de Ensino e Formação à Distância.

A nível internacional, Roberto Carneiro exerceu funções como examinador, perito ou consultor de organizações como a UNESCO, o Banco Mundial, a OCDE ou o Conselho da Europa, em domínios como a educação e política educativa, cooperação para o desenvolvimento, governação e administração pública. Enquanto esteve destacado no Banco Mundial foi responsável por Reformas do Sistema Educativo, em cerca de 35 países, nomeadamente em vários da América do Sul, submetendo-se totalmente às orientações da instituição a que estava ligado.

Estado espanhol: a Monarquia no olho do ciclone

As eleições regionais que tiveram lugar a 12 de Julho, na Galiza e no País Basco, saldaram-se por uma taxa de abstenção recorde – atingindo quase 50% no País Basco. Este resultado é um reflexo de fenómenos que têm lugar em todo o mundo e, ainda recentemente, de forma massiva em França nas eleições municipais. No entanto, o desinteresse pelos partidos é apenas a expressão de uma profunda rejeição das instituições (desta vez, os parlamentos regionais) que configuram o Regime monárquico, criado depois da morte de Franco em 1975. É preciso lembrar que este Regime tinha – e ainda tem – como pedra-angular a Monarquia e o Rei em exercício. Em Junho de 2014, Juan Carlos I, nomeado por Franco, abdicou a favor do seu filho, Filipe VI. Durante os últimos seis anos, o novo Rei tentou demarcar-se do caminho seguido pelo seu pai, mergulhado em casos incriveis de corrupção. Com efeito, segundo o *New York Times*, a fortuna pessoal acumulada por Juan Carlos durante o seu reinado excederia 1,7 mil milhões de euros. De acordo com o Artigo 56.3 da Constituição, “a pessoa do Rei é inviolável e não está sujeito a responsabilidade”; mas ao ter abdicado, o estatuto do Rei que estava em funções foi alterado. É por esta via que toda uma

série de negócios foram trazidos à luz do dia, em especial sobre contas bancárias abertas na Suíça.

Em particular, foi revelada uma doação de cem milhões de dólares por parte do Rei da Arábia Saudita. Parece que esta soma teve como função pagar uma comissão sobre um contrato, ganho por uma empresa espanhola, para a construção do TGV em Meca.

Agora, desde 14 de Março – pura coincidência com a data do decreto do estado de alarme em Espanha – este negócio trouxe à baila o nome do Rei actual, como beneficiário da sua parte da herança. Filipe VI apressou-se a declarar que desistia dessa herança, que ia cortar o subsídio pago ao seu pai e que o forçou a um confinamento rigoroso no seu lugar de residência, o Palácio da Zarzuela. A lista de factos é tal que vamos ficar por aqui,

para não tornar este artigo numa má novela.

A CORRUPÇÃO É DO DOMÍNIO PÚBLICO, O REI VAI NU

A Realeza e a Casa dos Bourbons têm uma história antiga e uma grande continuidade neste género de práticas. O problema é que, dada a crise que atravessa o país – na qual o colapso económico tem consequências catastróficas para a população (havendo mais 5 milhões de desempregados até agora registados e 36% da população que esgotou todas as suas poupanças durante os quatro últimos meses de confinamento) – os actos escandalosos da Monarquia, do monarca e da Corte tornam-se ainda mais insupportáveis para a maioria do povo. É nestas condições que o Governo de coligação e todos os partidos do Regime decidiram

lançar-se na defesa do “Rei-filho”, tentando dissociá-lo da figura do seu pai, com o argumento de que ele não estaria ao corrente dos negócios paternos. Mas, a 3 de Outubro de 2017, na sequência do referendo na Catalunha – considerado ilegal pelo governo de Rajoy – o Rei exigiu que a força total do Estado fosse enviada contra o povo catalão. Nessa altura, o Rei apareceu directamente como responsável pela repressão exercida contra centenas de activistas e os cidadãos em geral. Além disso, na actual crise, o Rei colocou-se abertamente ao lado dos patrões, ao participar num Fórum da CEOE (organização patronal espanhola) e ao aprovar as suas exigências, em particular a sua recusa de um qualquer cancelamento das contra-reformas do Código do Trabalho. Desde a morte de Franco, nunca o combate pelos direitos democráticos, a liberdade dos presos políticos e a reconquista dos direitos sociais esteve tão directamente relacionado com o combate contra a Monarquia, ou seja, o combate pela República. ■

Texto de Angel Tubau, publicado no semanário francês “Informations Ouvrières” – Informações operárias – nº 613, de 15 de Julho de 2020, do Partido Operário Independente de França.



APELO: O QUE TEMOS DE RECONSTRUIR SÃO OS DIREITOS DOS TRABALHADORES, DA JUVENTUDE, DAS MULHERES E DOS IDOSOS!

A 6 de Maio, foi lançado em Espanha um Apelo, subscrito por mais de 400 militantes sindicais e dirigido a todas as organizações e colectivos que se reclamam dos direitos dos trabalhadores e dos povos. Nele é dito:

“A população trabalhadora sofreu duros golpes nos anos recentes e está a sofrê-los, agora, através da epidemia e da crise que a acompanha. Centenas de milhares estão em ERTE (Lay-off), perdendo, no melhor dos casos, cerca de 30% dos seus salários. Muitos outros foram despedidos ou temem sê-lo logo que as empresas possam fazê-lo. Milhões – que trabalhavam na economia subterrânea ou «recebiam por fora» – perderam qualquer meio de subsistência. Uma situação que afecta em particular as mulheres, por exemplo no trabalho doméstico e na agricultura. Nas residências, dezenas de milhares de idosos foram infectados, ou temem pelas suas vidas, e outros sofrem a falta de meios sanitários.”

Esse Apelo avança um conjunto de reivindicações do movimento operário e termina declarando:

“Os especuladores, os banqueiros, as grandes fortunas e os 60 milhões de resgates da Banca que paguem a reconstrução. Banca pública ao serviço da reconstrução económica.”

EUA: Sobem as Bolsas de valores e... os despedimentos também!

Passado mais de um mês sobre o início dos protestos do movimento de Black Lives Matter (As vidas dos Negros Contam), a sua intensidade diminuiu, mas as tensões mantêm-se vivas. A 4 de Julho, dia nacional dos EUA, centenas de manifestantes saíram às ruas da capital, Washington, para protestar contra a violência policial. Na noite desse dia, em Phoenix (Estado do Arizona), um homem foi abatido no seu próprio automóvel por elementos da Polícia.

No dia seguinte, os manifestantes dirigiram-se para um Comissariado da Polícia da cidade. Aí esperavam-nos as tropas anti-distúrbios. As autoridades estão conscientes destas tensões. Por exemplo, em Richmond (Estado da Virgínia), foi retirada uma enorme bandeira dos EUA que, a 4 de Julho, tinha sido desfraldada num edifício oficial em construção, por temor que ela agudizasse as tensões. A cólera que emergiu a 26 de Maio permanece intacta, ainda que de momento esteja contida. Contudo, pode recomeçar perante o mínimo incidente. Todo o Sistema político dos EUA procura conter a mobilização nos limites das instituições, quer dizer, que tudo seja adiado para as eleições do próximo mês de Novembro, para decidir entre a alternativa “Trump ou Biden”.

Os Democratas anunciam iniciativas legislativas para satisfazer as exigências dos manifestantes e dos milhões de desempregados, mas trata-se de projectos de Lei em grande medida insuficientes e, além disso, sujeitos a uma hipotética maioria do Partido Democrata nas duas câmaras legislativas (Parlamento e Senado) e ao visto favorável da Presidência. Do outro lado do espectro po-



Manifestação do movimento “As vidas dos Negros Contam” (Black Lives Matter).

lítico, Trump tenta ressuscitar o medo do “terror vermelho” que estaria incarnado nos manifestantes. Mediante discursos racistas procura galvanizar os seus eleitores, mas também quer que tudo o que está relacionado com os protestos seja adiado até às eleições de 3 de Novembro, em relação às quais declara: “Ou eu ou os Democratas”.

Este posicionamento vai para além dos aparelhos dos partidos Democrata e Republicano. Desse dispositivo também faz parte a desistência de Bernie Sanders das Presidenciais e o seu silêncio perante as manifestações. Inclusive, também os sindicatos situados mais à esquerda – os quais, em muitas ocasiões, têm apoiado Sanders – apelam ao apoio às iniciativas legislativas dos Democratas, e alguns já estão mesmo a apelar ao voto em Joe Biden, o candidato do Partido Democrata.

A EXIGÊNCIA DE UM SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE COMO QUESTÃO CENTRAL

Contudo, contraditoriamente, mesmo estes apelos dos sindicatos ampliam a crise política: em vários círculos eleitorais, nomeadamente em Nova Iorque, os candidatos apoiados por Sanders ganharam as eleições

Primárias do Partido Democrata aos candidatos preferidos pela cúpula do partido.

Na Convenção que nomeará Biden como candidato presidencial, mais de um quarto dos delegados defenderá o mandato de Sanders, o qual consiste, basicamente, em pugnar por um Sistema Público de Saúde, pelo aumento do salário mínimo e pela gratuidade da Educação superior. A apresentação destas exigências na Convenção Democrata não irá modificar a natureza do Sistema eleitoral dos EUA, mas irá acentuar a crise do Partido Democrata. Isto significa que a discussão sobre estas reivindicações tem lugar a uma nova escala.

Em particular, nos sindicatos, a reivindicação de um Sistema Público de Saúde é o problema central mais debatido, porque centenas de milhares de norte-americanos estão a receber, neste momento, facturas para pagar serviços de hospitalização relacionados com a epidemia de Coronavírus.

Por outro lado, as manifestações com a exigência central Black Lives Matter também estão a influenciar o movimento sindical, devido à força e à determinação com que lutam e à forma como procuram unir todas as reivindicações. Estes

elementos são um factor de radicalização do movimento sindical.

Ao mesmo tempo, a crise económica amplia-se. A Bolsa de Nova Iorque começou a subir de novo: o índice Standard & Poor's 500 – um dos índices bolsistas mais importantes dos EUA – já se encontra apenas a 7% dos níveis mais altos anteriores à pandemia; o Nasdaq, índice das acções das empresas tecnológicas (Amazon, Google, Facebook, etc.), alcança novos recordes sem precedentes. E, em simultâneo, o desemprego continua massivo e são anunciados mais despedimentos. Sobre a economia paira a ameaça de um reconfinamento, enquanto a pandemia parece alcançar uma nova intensidade no Sul e no Oeste do país. A doença continua a afectar sobretudo os mais pobres, principalmente os Negros e os Latinos. Os quatro meses que faltam para as eleições de 3 de Novembro serão muito tensos. Ninguém pode prever o que se irá passar durante este período. ■

Texto de Devan Sobier, publicado no semanário francês “Informations Ouvrières” – Informações operárias – nº 612, de 8 de Julho de 2020, do Partido Operário Independente de França.